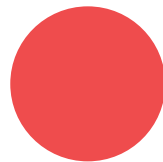




INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank



GPS DO ESPAÇO CÍVICO

BOLETIM TRIMESTRAL 03

AGOSTO 2021



GPS DO ESPAÇO CÍVICO

Abril-Junho 2021

O espaço cívico — esfera entre os negócios, o Estado e a família onde cidadãos e cidadãs se organizam, debatem e agem para influenciar as políticas públicas e os rumos de nosso país — está sob ataque. As ofensivas constantes a esse espaço representam uma ameaça à transparência, às liberdades de expressão, reunião e manifestação, e aos direitos civis e políticos. São, portanto, contrárias aos direitos e liberdades garantidos na Constituição brasileira e em inúmeras convenções e tratados internacionais. São também uma séria ameaça à democracia. O fechamento do espaço cívico não está acontecendo exclusivamente no Brasil. Porém, ações deliberadas para fechá-lo estão cada vez mais comuns no país.

Por essa razão, o Instituto Igarapé criou o **GPS do Espaço Cívico**. O objetivo do boletim é monitorar ataques, bem como as respostas institucionais lideradas pelas instituições do Estado e as ações de resistência da sociedade civil. As análises, trimestrais, são realizadas a partir da coleta sistemática de informações veiculadas na imprensa, especificamente, pelos veículos Folha de S. Paulo, G1, O Estado de S. Paulo, O Globo e UOL. Matérias veiculadas por BBC, Carta Capital, CNN, Conjur, Congresso em Foco, Correio Braziliense, Diário de Pernambuco, El País, Época, Extra, Farol da Bahia, Gazeta do Povo, IstoÉ, Jota, Marco Zero, Metrôpoles, Nexu, O Antagonista, Poder 360, Portal STF, Senado,

Tapajós Vivo e Valor Econômico, também foram incluídas nesta edição em função do seu conteúdo. Essas informações são, então, organizadas e catalogadas de acordo com categorias sociológicas que definem as principais estratégias e táticas utilizadas para fechar o espaço cívico. Essa tipologia foi lançada no Artigo Estratégico 49 do Instituto Igarapé [“A Ágora sob ataque: uma tipologia para análise do fechamento do espaço cívico no Brasil e no mundo”](#) e atualizada na nota técnica do Instituto Igarapé “Uma tipologia para entender as estratégias e táticas utilizadas para atacar o espaço cívico”.

Nesta edição, identificamos **406 ameaças** ao espaço cívico no Brasil monitoradas pelos veículos de imprensa entre 1º de abril a 30 de junho de 2021. Por outro lado, identificamos, no mesmo período, **327 respostas institucionais** e **148 ações de resistência da sociedade civil e outros grupos**. É importante salientar que, embora bem-vindas e numerosas, não é possível afirmar que essas reações estejam conseguindo conter todas as ações destinadas ao fechamento do espaço cívico de maneira a evitar que a democracia brasileira seja corroída por dentro. Também identificamos **34 instâncias em que observamos mudanças de posicionamento** governamentais, segundo noticiado pelos veículos de imprensa monitorados.

As ameaças

No período analisado, foram contabilizadas **406 ameaças ao espaço cívico**. Quase um quarto dos ataques referem-se a **intimidação e assédio**, totalizando **91 incidentes**. **Fake news e campanhas de desinformação** também têm representação expressiva, com **77 ameaças**. Outras estratégias comumente utilizadas neste trimestre foram **abuso de poder e violação de direitos civis e políticos**, com **68 e 43** casos reportados, respectivamente.

Episódios de **intimidação e assédio** envolveram [ataques crescentes a jornalistas](#) e veículos de comunicação, além do [uso do aparato policial e judicial para cercear a opinião de críticos e oponentes](#), com emprego recorrente da Lei de Segurança Nacional (LSN). [Servidores públicos](#) também foram alvos preferenciais de perseguição e assédio institucional, o que pode gerar impacto na entrega de políticas públicas eficazes.

A exemplo de edições anteriores, as ameaças que envolveram **fake news e campanhas de desinformação**, em sua maioria, se relacionam à pandemia de Covid-19. A defesa de [medicamentos sem eficácia comprovada](#), discursos [contra o isolamento social](#), adoção de [posturas sem embasamento científico](#) por parte de autoridades públicas, além de críticas reiteradas à vacina, figuram entre os incidentes mais reportados pelos veículos de imprensa analisados. Adicionalmente, o sistema eleitoral seguiu como tema de interesse, principalmente associado a possíveis fraudes nas eleições, à necessidade de adoção do voto impresso e ao descrédito das urnas eletrônicas.

As inúmeras [nomeações e exonerações](#) foram os principais incidentes associados ao **abuso de poder** identificados nas notícias dos periódicos analisados. Segundo reportou a [Folha de S. Paulo](#), elas têm contribuído para a paralisia de diversos órgãos-chave do governo, prejudicando o cumprimento de seus mandatos e, portanto, a sua finalidade

pública. Também foram analisados [casos de mau uso da verba pública e uso do aparato estatal para perseguir interesses privados](#), como reportaram O Globo, Valor Econômico e a Folha de S. Paulo. Também foi veiculada pela Folha de S. Paulo uma [denúncia envolvendo a vacina Covaxin](#). Segundo o veículo, o governo federal teria pedido propina de US\$ 1 por dose, além de ter mantido o contrato mesmo [após alerta de validade exígua da vacina](#), [inadimplência](#) e [negociações por menor preço](#).

As **violações de direitos civis e políticos** ameaçaram principalmente os grupos mais vulneráveis, entre eles os [povos indígenas](#), a [comunidade LGBTQIA +](#), a [população negra](#) e as [mulheres](#). Já as ameaças catalogadas como **jogo duro constitucional** relacionam-se a diversos temas, como a apresentação de projetos que enfraquecem mecanismos de [controle orçamentário](#) e [proibidade administrativa](#) e [mudam o regimento da Câmara](#), com impacto na atuação da minoria. Tentativas de minar a [instauração da CPI da Covid](#), como reportam o Farol da Bahia e a Folha de S. Paulo, também entram nessa conta.

Os veículos de imprensa analisados identificaram que as táticas de **censura** utilizadas envolveram determinações judiciais para [retirada de conteúdo crítico do ar](#), [declarações de sigilo](#) sem justificativa legítima e [obstáculos ao trabalho da imprensa](#). **As violações de direitos sociais, econômicos, culturais e proteção do meio ambiente** foram amplamente noticiadas pela mídia, com foco no [enfraquecimento de políticas ambientais](#), com profundos [impactos nas florestas brasileiras](#), e [a vulnerabilização de indígenas](#), comunidades tradicionais e população mais pobre.

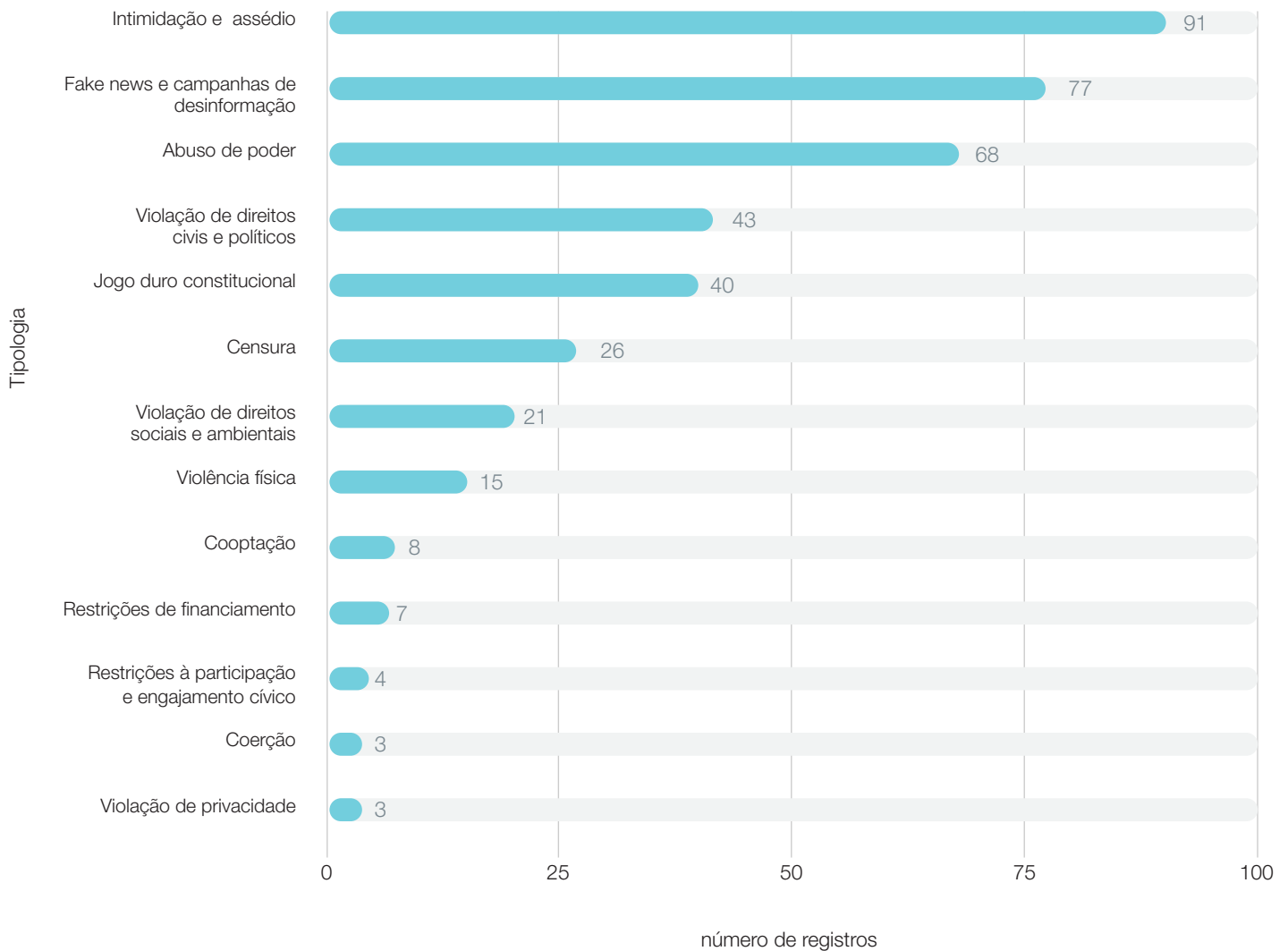
Já os episódios de **violência física** foram marcados por [disputas entre grupos indígenas e garimpeiros](#), além de [divergências políticas](#) e do [abuso do uso da força policial](#). Foram consideradas tentativas de **cooptação** os esforços do governo federal para atender as demandas de setores específicos como as

[forças policiais](#), [caminhoneiros](#) e [evangélicos](#), como reportou O Estado de S. Paulo, a Folha de S. Paulo e O Globo, respectivamente.

Os congelamentos e reduções de recursos públicos causaram grande impacto no funcionamento e manutenção principalmente de instituições de ensino e pesquisa e figuraram como ameaças associadas à **restrição ao financiamento**. A **restrição à participação e ao engajamento cívico**, por sua vez, se deu principalmente por meio

da [exclusão de grupos representativos](#) da sociedade civil de espaços institucionais relevantes para a [produção de políticas públicas](#). Por fim, em relação à **violação de privacidade**, a Folha de S. Paulo reportou a [elaboração de dossiês fundamentados na orientação política](#) de servidores, e o Estado de S. Paulo alertou para a [coleta de dados pessoais de apoiadores](#) para construir uma rede digital bolsonarista.

Figura 1. Estratégias de ataques utilizadas (abril-junho, 2021)



Fonte: Elaboração própria, a partir de coleta sistemática de informações veiculadas na imprensa.

Intimidação e assédio

Intimidação se refere a ações diretas ou indiretas contra terceiros para impedi-los de continuar seu trabalho ou para induzir o medo de um ataque. Assédio corresponde a ações ou comportamentos verbais ou físicos que rebaixam, humilham ou constroem um cidadão ao expressar opiniões críticas.

Episódios de intimidação e assédio envolvendo ataques direcionados a jornalistas, [veículos de comunicação](#) e servidores públicos foram reportados com bastante frequência no trimestre analisado. Da mesma forma, o uso recorrente da LSN se manteve indiscriminado e em alta, como reportou a [Folha de S. Paulo](#).

De acordo com [levantamento feito pela Federação Nacional dos Jornalistas \(Fenaj\)](#), foram registrados 428 casos de ataques à imprensa, incluindo agressões verbais, ameaças e tentativas de descredibilização. “[Idiota](#)”, “[canalhas](#)” e “[quadrúpede](#)” foram alguns adjetivos atribuídos a jornalistas pelo presidente Jair Bolsonaro, como veiculou o G1, o Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo, respectivamente. Outro grupo especialmente afetado por casos de intimidação e assédio foi o dos servidores públicos. [O Globo](#) noticiou “perseguição ideológica” no governo e divulgou um levantamento da Articulação Nacional das Carreiras Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (Arca), que identificou 650 episódios de assédio institucional nos últimos dois anos. Relatos colhidos pelo veículo indicaram que a pressão resulta em processos administrativos, judiciais e até demissões contra aqueles que são críticos à gestão atual. Ilustrando a situação, a [UOL](#) divulgou o caso do secretário especial da Cultura, Mário Frias, que, conforme relatos, porta uma arma no ambiente de trabalho, grita e assusta os funcionários

da pasta. Também foi noticiada pela [Folha de S. Paulo](#) a perseguição de agentes públicos do Ministério do Meio Ambiente que geraram documentos contrários ao interesse de um suposto esquema de facilitação ao contrabando de produtos florestais divulgados.

Como nas edições anteriores do **GPS do Espaço Cívico**, foram reportadas inúmeras instâncias de assédio judicial contra críticos e opositores do governo. O [editor-executivo do site The Intercept, Leandro Demori, por exemplo, foi intimado pela Polícia Civil](#), que abriu inquérito para apurar as postagens do jornalista sobre a operação policial no Jacarezinho. O procurador-geral da República, Augusto Aras, apresentou uma queixa-crime contra o professor e colunista Conrado Hübner, por chamá-lo de “Poste Geral da República”, conforme reportagem da [Folha de S. Paulo](#). Uma investigação contra o influenciador Felipe Neto, com base na Lei de Segurança Nacional (LSN), foi enviada à Justiça Federal. Segundo [O Globo](#), são cinco procedimentos no total, sendo três motivados pela afirmação de que Bolsonaro seria um “genocida”. O ex-candidato a prefeito de São Paulo Guilherme Boulos também foi alvo de investigação com base na LSN e recebeu intimação da Polícia Federal (PF) para prestar depoimento por publicar em um tuíte a mensagem “Um lembrete para Bolsonaro: a dinastia Luís XIV terminou na guilhotina”, segundo a [Folha de S. Paulo](#). A líder indígena Sônia Guajajara também foi intimada pela PF sob a acusação de difamar o governo com a websérie “Maracá”, como divulgou [O Globo](#).

Por fim, vale mencionar os episódios de intimidação e assédio envolvendo o embate entre o governo federal e os governos estaduais em relação às medidas restritivas contra a Covid-19. O ministro da Justiça, Anderson Torres, afirmou, de acordo com a [Folha de S. Paulo](#), que é preciso que “a força da segurança pública” se faça presente para garantir “um ir e vir sereno”. Segundo [O Globo](#), lideranças policiais alinhadas ao discurso presidencial vêm confrontando medidas de combate à Covid-19 determinadas por governadores que fazem oposição à gestão federal.

Fake news e campanhas de desinformação

Fake news são notícias falsas veiculadas no noticiário, redes sociais e divulgadas na internet, que tentam se passar por notícias reais. Desinformação é informação falsa disseminada deliberadamente para causar prejuízo público por lucro ou benefício privado, indo além das notícias falsas.

As **fake news e campanhas de desinformação** foram marcadas pela defesa de [tratamentos sem eficácia](#) contra a Covid-19, [críticas a medidas restritivas](#) e [discursos antivacina](#).

Em meio à CPI da Covid, o presidente Jair Bolsonaro continuou defendendo [medicamentos ineficazes](#) contra a doença e em desfavor [do isolamento social](#), recebendo respaldo de seus apoiadores. Segundo a [Folha de S. Paulo](#), a orientação pelo uso da cloroquina como “tratamento precoce” segue vigente na pasta da Saúde, apesar de o ministro Marcelo Queiroga ter negado, na CPI, que exista um protocolo para seu uso no SUS. Também de acordo com a [Folha de S. Paulo](#), durante os trabalhos da comissão, os senadores Eduardo Girão e Luis Carlos Heinze citaram estudos científicos inconclusivos, erraram dados e omitiram informações. Já o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello fez ao menos dez alegações enganosas sobre cloroquina, testes e vacinas na CPI, segundo o [Estado de S. Paulo](#). Discursos [contrários à vacina](#) também foram identificados no período. Bolsonaro afirmou que, para efeito de imunização contra a Covid-19, [a contaminação](#)

[é mais eficaz do que a vacina](#). A fala remete à tese da imunidade de rebanho, amplamente rechaçada por especialistas em saúde pública e infectologistas. Dias antes de o Brasil alcançar a marca dos 500 mil mortos pela doença, o presidente afirmou que o [Ministério da Saúde iria desobrigar o uso de máscara](#) para quem foi vacinado ou já contraiu o vírus.

O sistema eleitoral também foi alvo de crescentes ataques. O presidente da República afirmou em diversas ocasiões que teria sido [eleito no primeiro turno das eleições de 2018](#), sem, contudo, apresentar provas materiais da fraude alegada, como noticiou o UOL. A defesa do voto impresso ganhou força no discurso presidencial e na Câmara dos deputados, onde há um projeto sobre o tema, encabeçado pela deputada Bia Kicis. Bolsonaro já afirmou que [“se não tiver voto impresso, é sinal de que não vai ter eleição”](#), o que pode ser um sinal de [radicalização do discurso sobre a possibilidade de fraude nas eleições](#). O mandatário também afirmou para apoiadores que uma eventual vitória do ex-presidente Lula, seu potencial oponente, seria possível somente mediante [fraude nas urnas eletrônicas](#), segundo reportou o [Estado de S. Paulo](#). Vale destacar ainda que a autora da PEC do voto impresso, Bia Kicis, contratou empresa que divulga desinformação sobre urna eletrônica, de acordo com o [UOL](#). Ela já rejeitou a possibilidade de implementação gradual das impressoras, afirmando que as eleições de 2022 só serão confiáveis com 100% dos votos impressos, segundo a [Folha de S. Paulo](#).

Abuso de poder

Abuso de poder ocorre quando os atores políticos se aproveitam de sua posição para ganho pessoal, impedindo a responsabilidade gerencial básica e/ou atuando contrariamente ao interesse público e à finalidade pública.

As notícias que veicularam casos de **abuso de poder** no período em análise apontam para inúmeras nomeações e exonerações que, por privilegiarem interesses políticos em detrimento de critérios técnicos, são contrárias ao interesse público, principalmente no [Meio Ambiente](#), na [Educação](#) e na [Cultura](#).

Na gestão de Ricardo Salles, o [diretor-geral da Polícia Federal decidiu trocar o chefe do órgão no Amazonas](#), Alexandre Saraiva, que pediu a investigação contra o então ministro do Meio Ambiente. Além dessa troca, o Ibama do Paraná exonerou o chefe da unidade técnica do órgão no Porto de Paranaguá. Servidor do Ibama há 26 anos, Antonio Fabricio Vieira assinou um relatório que informava a realização de fiscalização de 100% da madeira nativa, segundo a [Folha de S. Paulo](#). Já o coordenador de Economia Verde foi exonerado por pressão de Salles, de acordo com o [O Globo](#). Outros ataques foram identificados na área ambiental, como [o afrouxamento da fiscalização após reunião de madeireiros com o então ministro](#), uma intervenção indevida de um assessor especial de Salles [no setor de autos de infração do Ibama](#) e a [divulgação antecipada dos locais](#) das operações policiais que iriam ocorrer na Amazônia, como reportaram o UOL e a Folha de S. Paulo.

Na Educação, a nomeada à presidência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) foi coordenadora de um curso de mestrado com recomendação

de descredenciamento pela própria Capes, segundo o [G1](#). Já segundo a [Folha de S. Paulo](#), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) está passando por um desmanche, com esvaziamento de suas funções e debandada de quadros qualificados, enquanto o MEC, ignorando a sua área técnica, prepara a criação de uma [comissão permanente para revisão ideológica](#) do Enem, ou seja, uma espécie de tribunal que analisará itens das avaliações. A minuta da portaria do Inep fala em [não permitir “questões subjetivas” e atenção para “valores morais”](#). Na pasta da Cultura, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), principal órgão de preservação do patrimônio cultural, vem sofrendo ataques do presidente e troca de funcionários do alto escalão, segundo a [Folha de S. Paulo](#), resultando em sua maior paralisação em 65 anos. De acordo [com o mesmo veículo](#), as decisões da Lei Rouanet hoje estão nas mãos de um ex-PM sem experiência na área e alinhado com o presidente.

Também chamou a atenção a licitação para aquisição de uma ferramenta de espionagem pelo Ministério da Justiça, conforme relatado pela [UOL](#). O edital não envolveu o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI) e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) nas tratativas, órgãos oficiais de inteligência que seriam diretamente beneficiados pela ferramenta, para diminuir o poder dos militares na área de inteligência, segundo fontes citadas na reportagem.

O uso do aparato estatal para perseguir interesses privados foi identificado em algumas ocasiões, como no episódio relatado pelo [O Globo](#), no qual o senador Flávio Bolsonaro recebeu em sua casa um secretário da Receita Federal para discutir formas de se defender no caso envolvendo o ex-assessor parlamentar Fabricio Queiroz. A Receita Federal também solicitou uma devassa em seus sistemas, segundo a [Folha de S. Paulo](#), para tentar identificar investigações em dados fiscais do presidente, seus três filhos políticos, além de sua mulher e duas

ex-mulheres, revelando um movimento de defesa não apenas de Flávio Bolsonaro contra a investigação das chamadas “rachadinhas”, mas de toda a família Bolsonaro. Além disso, segundo o [UOL](#), o governo Bolsonaro usou a Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) para se defender de artigo crítico.

Merecem destaque também os casos que envolvem o mau uso do dinheiro público, contrariando o interesse coletivo. Segundo o G1, há [indícios de que verbas do governo federal podem ter abastecido sites bolsonaristas](#) responsáveis por desinformação, propagação de discurso de ódio e mensagens contra a estabilidade democrática. Também foi revelado pelo [Estado de S. Paulo](#), um orçamento paralelo de R\$ 3 bilhões, em parte utilizado para a compra de [tratores superfaturados](#). Além disso, vale citar os gastos milionários do governo com medicamentos ineficazes contra a Covid-19 divulgados pelo jornal [O Globo](#). A [Folha de S. Paulo](#) relatou que o Exército reservou verba da vacina para hospitais militares, remédios sem eficácia e gastos sigilosos. Segundo Tribunal de Contas da União (TCU), há [indícios de potencial prejuízo em desvio](#) de 7,5 milhões de reais em doações da Covid-19 para o programa da primeira-dama Michelle Bolsonaro. Por fim, também veio a público o escândalo envolvendo a vacina Covaxin que, segundo [denúncia veiculada pela Folha de S. Paulo](#), teve o seu contrato submetido a pedido de propina de US\$1 por dose. Segundo o jornal, a gestão Bolsonaro manteve o contrato mesmo após ser [alertada sobre a inadimplência e validade exígua da vacina](#), além de ter [ignorado alertas para negociar preço menor](#), de acordo com o TCU.

Violações de direitos civis e políticos

Violações dos direitos políticos incluem a negação do direito a um julgamento justo e ao devido processo legal; e direitos de participação na sociedade civil e na política, como liberdade de associação, direito de reunião e direito de voto. Violações dos direitos civis incluem discriminação em razão de raça, gênero, orientação sexual, nacionalidade, cor, idade, filiação política, etnia, religião e origem social; e restrições à liberdade dos indivíduos.

As **violações de direitos civis e políticos** identificadas no período atingem, em especial, grupos vulneráveis, como a comunidade LGBTQIA+, povos indígenas, a população negra e as mulheres.

Os povos indígenas estão entre os grupos mais vulneráveis na pandemia de Covid-19. Segundo [O Globo](#), na Amazônia Legal, a taxa de incidência é 136% mais alta que a média nacional, e a taxa de mortalidade indígena por 100 mil habitantes é 110% superior à média brasileira. A notícia ainda aponta que o número de mortes indígenas por Covid-19 monitorado foi o dobro que o divulgado pelo governo. A saúde dos povos originários vem sendo impactada de maneira negativa pelas trocas de comando nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), como indica a [Folha de S. Paulo](#). A reportagem aponta que muitos cargos têm sido ocupados por profissionais sem especialização e cita o “[aparelhamento](#)” por militares e indicados políticos.

O [Ministério da Saúde chegou a distribuir 265 mil comprimidos](#) de medicamentos sem eficácia comprovada para tratar Covid-19 em indígenas, enquanto seus servidores vacinaram garimpeiros [em troca de ouro](#), de acordo com o [G1](#). Às violações decorrentes da pandemia, somaram-se disputas em torno das terras indígenas envolvendo o garimpo, acirrando e tornando mais violentos os [confrontos entre indígenas e garimpeiros](#). Em paralelo, um projeto que dificulta a demarcação de terras indígenas [ganhou impulso na Câmara](#). Isso gerou mobilizações de grupos indígenas, que se manifestaram em Brasília e sofreram forte repressão da Polícia Militar, como veiculou [O Globo](#).

A comunidade LGBTQIA+ também tem sido alvo frequente de ataques. A primeira parlamentar trans eleita em Niterói, Benny Briolly, [deixou o país após ser vítima de ameaças](#). Um projeto que proíbe a diversidade sexual em publicidade infantil avançou na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) e acendeu o alerta de entidades de defesa de direitos LGBTQIA+, segundo a [Folha de S. Paulo](#). Em nível federal, [o uso de linguagem neutra \(“bem-vindx”\) pelo MEC](#) causou incômodo em alas conservadoras. A pasta, comandada por um pastor presbiteriano, afirmou que o material não foi produzido por ela e [“solicitou a sua correção”](#). O próprio presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores, de acordo com a [Folha de S. Paulo](#), foram autores de ataques com crescente tom homofóbico contra os governadores de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Em reação à CPI da Covid, o presidente fez comentário homofóbico referindo-se ao senador Randolfe Rodrigues [como “uma saltitante”](#). Segundo o diretor-executivo da ONG Rainbow Railroad, o [Brasil não é um país seguro para pessoas LGBT](#), e quando um agente estatal se manifesta contra os LGBTs, isso gera perseguição.

Já a população negra têm sido a principal vítima das Polícias Militar e Civil, de acordo com o [G1](#), que levantou que 78% dos mortos pelas corporações são negros. No período em análise, contrariando a decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), [que](#)

[restringiu operações em favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia](#), a polícia realizou a operação mais letal da história do estado, que resultou em 28 mortes. Com exceção ao policial entre as vítimas, todas as [27 pessoas mortas eram negras](#), o que pode indicar um caráter seletivo da letalidade estatal, como reportou a revista Piauí. Os locais das mortes não foram preservados, dificultando o trabalho da perícia, mostrou o [El País](#). O ministro Edson Fachin afirmou que há indícios de atos que [“poderiam configurar execução arbitrária”](#). Em contrapartida, [Bolsonaro parabenizou a Polícia Civil pela operação e criticou a “mídia” e a “esquerda”](#) por tratarem os mortos como “vítimas”, enquanto o vice-presidente [Hamilton Mourão afirmou que as vítimas eram “bandidos” e “marginais”](#). Por sua vez, o [Governo do RJ não ofereceu qualquer ajuda](#) aos familiares das vítimas e, segundo a [Folha de S. Paulo](#), as investigações sobre a operação se iniciaram com depoimentos padronizados dos policiais envolvidos, e partindo do princípio legítima defesa. Também importa citar o caso do [jovem morto a tiros dentro de casa por policiais no Maranhão](#) e enterrado sem passar por necropsia, após ter desejado “boa sorte” a Lázaro Barbosa em postagem.

As mulheres, por sua vez, não tiveram assento na CPI da Covid, inicialmente. Dos 18 membros indicados por partidos, [nenhuma senadora foi escolhida para integrar oficialmente a comissão](#). Parlamentares mulheres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) foram atacadas pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro, que escreveu em seu Twitter que [“parece, mas não é a gaiola das loucas, são só as pessoas portadoras de vagina da CCJ”](#).

Jogo duro constitucional

O jogo duro constitucional consiste na exploração, por atores políticos, de procedimentos, leis e instituições para obter ganhos partidários violando normas preestabelecidas e forçando os limites da legalidade, o que pode minar o entendimento compartilhado das normas democráticas e a expectativa de que o outro lado as cumpra. O uso indevido de prerrogativas institucionais em prol de interesses de grupos políticos e/ou interesses privados ou não republicanos.

Os casos envolvendo o **jogo duro constitucional** reportados no trimestre foram fonte de preocupação e envolveram o avanço do voto impresso na Câmara, assim como o de pautas de enfraquecimento de marcos legislativos em prol da probidade administrativa e do controle orçamentário. A atuação da Procuradoria-Geral da República (PGR) também recebeu destaque, em meio a tensões entre o Judiciário e o Executivo.

O escândalo “Tratoração” foi denunciado pelo [Estado de S. Paulo](#), enquanto um esquema montado pelo governo para conquistar apoio de parlamentares por meio de um orçamento secreto de R\$ 3 bilhões. De acordo com levantamento da imprensa, o [“índice de governismo” de deputados do orçamento secreto foi de 87,6%](#). Com pouca transparência e reduzidos mecanismos de acompanhamento, o repasse de verbas a parlamentares conseguiu expandir a influência do governo federal no [Congresso](#), segundo o UOL, sendo também responsável por gerar [tensões e suspeitas](#), de acordo com O Globo. Após a divulgação do orçamento secreto, o Estado de S. Paulo ainda relatou que o governo [editou uma portaria para entregar](#)

[formalmente ao Congresso a decisão sobre onde aplicar bilhões de reais](#) de recursos do Orçamento de 2021 provenientes de emendas de relator. Além disso, antes mesmo de ter o orçamento aprovado, o governo federal abriu prazo para senadores e deputados ampliarem o repasse de emendas às suas bases eleitorais como transferências especiais, o que constituiria um [“cheque em branco”](#), [segundo O Globo](#), uma vez que desobriga os parlamentares a dizerem onde serão aplicados os recursos, sem passar pelo controle de órgãos federais de acompanhamento. A decisão do Executivo, no entanto, ao adiantar-se à apreciação do STF sobre o tema, corre o risco de ser cancelada pela Corte Suprema.

A CPI da Covid também foi palco de diversas ameaças de acordo com veículos da imprensa. [Parlamentares aliados](#) atuaram para impedir a instauração da comissão, conforme noticiado pela Folha de S. Paulo. Comandada por um grupo de senadores independentes, a CPI foi alvo de tentativas de alteração da sua mesa diretora via [judicialização](#). Além disso, mais controvérsias surgiram quando [foi aprovada a convocação de nove governadores](#), cedendo a pressões do [presidente e parlamentares governistas](#). Posteriormente, a convocação foi barrada pelo STF.

Ainda é preciso ressaltar que pautas sensíveis com escopo de alterar e potencial de impactar o sistema democrático brasileiro têm conseguido avançar rapidamente nas casas legislativas. O [voto impresso](#) está sendo debatido na Câmara, levantando [preocupações acerca de eventuais riscos de fraude e vulnerabilidades no processo de votação, caso o modelo seja adotado nas próximas eleições](#). O debate tem mobilizado esforços de pesquisadores, parlamentares e da Justiça Eleitoral, particularmente de seu presidente, o ministro Luís Roberto Barroso, que [considera que a medida representa um “retrocesso”](#). Apesar dos riscos envolvidos na alteração do processo eleitoral, o [presidente do Senado](#) e o [presidente da República](#) consideram adotar mudanças já na próxima eleição, de acordo com o Valor

Econômico. Ainda, de acordo com o Farol da Bahia, senadores se mobilizaram para apresentar projetos de lei com trechos de decretos do Executivo que foram suspensos por determinação da ministra do STF Rosa Weber, a fim de facilitar o acesso a armas e enfraquecer mecanismos de controle de arsenais.

Também gerou preocupação a alteração de [regimento da Câmara](#), apontada pela oposição como “lei da mordaza”, e os projetos [na pauta da CCJ que podem afetar o STF](#), que entrou na mira de apoiadores do governo após decisões desfavoráveis ao presidente Bolsonaro, conforme noticiado pelo Correio Braziliense. A atuação da PGR também chamou a atenção em casos veiculados pela imprensa. Dentre eles, a manifestação [perante o STF, para que pedido de afastamento de Ricardo Salles fosse rejeitado](#), publicada pelo G1, e o pedido de [Aras, noticiado pelo Estado de S. Paulo, para que o STF negasse ‘salvo-conduto’ para impedir inquéritos e ações contra críticos do governo, que qualificam Bolsonaro como ‘genocida’, por não ver ‘flagrante ilegalidade’](#). O procurador-geral também [rejeitou inquérito](#) contra o presidente que tratava de depósitos na conta da primeira-dama e, segundo a Folha de S. Paulo, pediu que o presidente do Supremo [entregasse ao ministro Kassio Nunes o processo sobre liberação de missas e cultos](#) para evitar julgamento no plenário da Corte.

Outra latente preocupação foi o estremecimento de regras militares centrais na relação entre as instituições políticas e militares com a [participação do general e ex-ministro Eduardo Pazuello em ato político](#), conforme noticiado pelo Globo. A crise foi ampliada com o pedido do presidente [Bolsonaro ao Exército para que Pazuello não fosse punido](#), de acordo com a Folha de S. Paulo. O risco de politização das Forças Armadas e polícias como efeito da absolvição do ex-ministro preocupa [militares e especialistas](#). Por fim, em meio à crise, o governo federal transformou, via decreto, posições civis em cargos militares, quando ocupadas por integrantes da ativa das Forças Armadas. A nova norma, segundo O Globo, também modifica o [Estatuto dos Militares, autorizando que membros das três forças possam ficar em cargos civis por tempo indeterminado](#).

Censura

Censura refere-se à “política de restringir / suprimir a expressão pública de ideias, opiniões, concepções e impulsos que têm ou se acredita terem a capacidade de minar a autoridade governante ou a ordem social e moral que essa autoridade se considera obrigada a proteger”. (Laswell, 1930)

Durante o trimestre em análise, foram divulgados diversos casos envolvendo possíveis táticas de **censura** aberta ou velada, incluindo a retirada de conteúdos críticos ou politicamente polêmicos do ar, as determinações de sigilo em torno de informações sensíveis ao governo e os ataques à imprensa, gerando [obstáculos para o trabalho jornalístico](#).

Segundo a [Crusoé](#), durante a gestão atual, o Planalto triplicou a negativa de acesso à informação tendo como base o princípio do sigilo. Na CPI da Covid, o governo de Jair Bolsonaro enviou [inúmeros documentos com carimbo de “sigiloso”](#), causando incômodo nos senadores da comissão. O Exército, por sua vez, negou acesso ao processo administrativo sobre a participação de Pazuello em ato político ao lado do presidente, respondendo ao pedido formulado pelo [O Globo](#) com um dispositivo da Lei de Acesso à Informação (LAI) que garante o [sigilo por 100 anos. Cinco anos foi o prazo do sigilo](#) determinado pela Polícia Civil para informações de todas as operações policiais da corporação, incluindo a ação realizada no Jacarezinho. No que toca ao caso do “Tratoração” exposto pelo Estado de S. Paulo, [o próprio Ministério do Desenvolvimento Regional admitiu](#) que os ofícios usados por políticos para destinar verbas do orçamento secreto criado não são públicos. Um grupo de senadores chegou a [alegar “segurança de Estado” e “risco a sua honra e de sua família”](#) para não divulgar tais ofícios.

Para além dos sigilos infundados, foram identificados diversos casos de exclusão de conteúdo sensível ao governo e seus apoiadores, partindo principalmente do Judiciário. A IstoÉ teve uma [matéria que retratava Olavo de Carvalho como “bobo da Corte” retirada do ar](#) pela Justiça de São Paulo, que também [determinou que a agência de checagem Aos Fatos excluísse textos](#) que mencionam desinformação publicada pela revista Oeste envolvendo queimadas na Amazônia e o “tratamento precoce”.

Obras e manifestações que trazem posições ideológicas diversas às do governo também foram alvo de censura. O presidente da Fundação Palmares anunciou que todos os arquivos relacionados ao “[imprestável Marighella](#)”, em referência ao escritor e guerrilheiro comunista Carlos Marighella, serão excluídos do acervo da instituição. A [Folha de S. Paulo](#) caracterizou a decisão como uma censura, além de profundamente ideológica e imoralizante. O Inep também foi alvo de censura ao ter uma publicação que mostra evidências de melhorias do pacto de alfabetização do PT [barrada pelo governo federal](#). O [Globo](#), por sua vez, divulgou que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) determinou a retirada de diversos outdoors e faixas colocados ao longo da BR-405 com manifestações contrárias ao presidente.

Violação de direitos sociais, econômicos, culturais e proteção do meio ambiente

Os direitos econômicos, sociais e culturais são direitos humanos que garantem aos indivíduos e comunidades seu pleno desenvolvimento e dignidade, fundamentais para o engajamento no espaço cívico. Violações destes direitos incluem a falha em respeitar, proteger e garantir uma alimentação e moradia adequada, educação, trabalho, saúde, segurança social, participação na vida cultural, água e saneamento. Quanto à defesa do meio ambiente, e a sua essencialidade para os direitos humanos, cabe ao Estado os deveres de prevenir, precaver, mitigar e cooperar em prol da conservação do meio ambiente.

No período analisado, crescentes ameaças ao meio ambiente foram noticiadas. Diversos projetos de lei potencialmente nocivos ao meio ambiente, à preservação de florestas e aos direitos de povos indígenas foram apresentados no Congresso Nacional, como a [votação em regime de urgência do projeto de uma “estrada-parque” em área do Parque Nacional do Iguaçu](#) e o aval da CCJ ao texto do projeto que altera Estatuto do Índio e dificulta demarcação de terras, noticiado pelo [G1](#). Durante a gestão do então ministro Ricardo Salles, protocolos e procedimentos para prevenir a importação ilegal de madeira

foram enfraquecidos, gerando impactos [significativos](#), de acordo com dados apresentados pelo Estado de S. Paulo. O ministro que [pediu demissão em meio a inquérito instaurado perante o STF](#) se reuniu com empresários em Santarém [para alinhar a liberação de madeira apreendida](#). Observou-se, ainda, que o enfraquecimento da proteção ao meio ambiente não se limitou à esfera federal. Em Roraima, uma lei sancionada pelo governo possibilitou que invasores tivessem [descontos de até 98% para regularizar terras em unidades de conservação](#).

Em regiões do Brasil, a falta de atuação do Estado resultou em casos extremos de violações de direitos sociais de grupos em situação de vulnerabilidade como indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária. De acordo com notícia da Folha de S. Paulo, a [Justiça da Bahia, contrariando o STF, determinou a reintegração de posse de área habitada por indígenas](#). A Câmara de Deputados, por sua vez, aprovou projeto que retira de assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas, a prioridade no fornecimento de itens da merenda escolar, de acordo com o [G1](#). Além disso, apesar do acirramento dos conflitos na região amazônica entre indígenas e grileiros, o [Ministério da Defesa cancelou apoio à operação da PF contra garimpos no Pará](#). De acordo com o [G1](#), a PGR indicou ao STF que a saída do Exército da operação Mundurukânia provocou uma “grave deficiência na manutenção da ordem” no local e ocasionou “danos concretos” aos indígenas, como a invasão na aldeia Tapajós e queima da residência da Liderança Maria Leusa Cosme Kaba Munduruku.

No que diz respeito ao direito à saúde, com o recrudescimento da pandemia, ameaças à saúde pública também receberam destaque em meios de comunicação, dentre elas a notícia de que o [governo federal ignorou, em um mês, 10 e-mails da Pfizer sobre a negociação de vacinas](#). E, apesar dos recordes de mortes e com grande parte da população ainda no aguardo da vacina, de acordo com notícia do UOL, [Bolsonaro defendeu reduzir propaganda de alerta sobre a Covid-19](#).

Violência física

Violência física é a infligência intencional e direta de dano às pessoas, desde sofrimento físico ou dano corporal a morte violenta. No contexto deste boletim, atos de violência física podem ser perpetrados por agentes estatais ou não estatais, incluindo paramilitares, milícias, gangues, representantes da segurança privada e outros indivíduos encorajados pela retórica de ódio de figuras políticas para se livrar da oposição.

Dentre os casos de **violência física** identificados, destacam-se as disputas entre garimpeiros e grupos indígenas, episódios motivados por divergências políticas e eventos que envolveram abuso da força policial.

Em ataque reportado pelo [UOL](#), um grupo de garimpeiros proferiu disparos contra uma comunidade indígena Yanomami. Segundo relatos, duas crianças morreram afogadas durante a correria e o pânico instaurados pelo tiroteio. O povo Yanomami tem sido [vítima de tiros e bombas de garimpeiros há mais de um mês](#), relatou o periódico.

O ambiente político também foi marcado por episódios de violência. No Espírito Santo, uma jovem foi vítima de agressões e ofensas de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro, segundo o [UOL](#). A placa que ela carregava em repúdio ao número de mortos por Covid-19 foi retirada à força.

Casos de excesso policial também foram amplamente divulgados no período analisado. A [Folha de S. Paulo](#) noticiou que, no Rio de Janeiro, uma advogada foi agredida pela Polícia Militar após questionar uma prisão que considerou arbitrária. Já a Polícia Civil protagonizou a operação no Jacarezinho que resultou em 28 mortes e prisões. De acordo com o [G1](#), os presos relataram socos, chutes,

pisões e golpes com fuzil por policiais. Em maio, durante as manifestações contra o governo federal, [dois homens perderam a visão após serem atingidos por balas de borracha](#). Segundo a [Folha de S. Paulo](#), o protesto em Recife acontecia de forma pacífica quando uma guarnição da Polícia Militar bloqueou a rua e começou a lançar bombas de gás, gerando correria. Outro exemplo ocorreu em Tabatinga, onde [um sargento foi assassinado e policiais militares retaliaram](#), matando ao menos sete pessoas, invadindo e vandalizando casas, ameaçando familiares e impondo a lei do silêncio, de acordo com reportagem da Folha de S. Paulo.

Cooptação

Cooptação é o processo de incorporação de pessoas a um grupo de elite, oferecendo-lhes privilégios em troca de apoio, em geral para gerenciar a oposição e atender demandas e interesses de grupos aliados ou potenciais apoiadores, assim, manter a estabilidade desse grupo no poder.

Em aceno a grupo de apoiadores, esforços do [governo federal](#) foram identificados por diversos veículos como possíveis tentativas de **cooptação**. Segundo os relatos, foram apresentados programas, políticas e promessas a setores específicos como as [forças policiais](#) e armadas, [caminhoneiros](#) e [evangélicos](#).

No período de análise, os principais esforços voltaram-se à promoção de políticas públicas focadas em grupos aliados. Conforme noticiado pelo Estado de S. Paulo, Bolsonaro deu o [aval para que policiais possam virar carreira típica de Estado na reforma administrativa](#). Segundo o veículo, na busca da reeleição, o presidente se aproxima

de polícias militares com um [“pacote de bondades”](#) que inclui medidas como crédito imobiliário além da nova lei orgânica. Além de se aproximar das forças de segurança, o presidente Jair Bolsonaro, conforme noticiado pela [Folha de S. Paulo](#), empenhou-se para renovar a sua aliança política com as Forças Armadas, oferecendo ocupação de espaços de poder e oposição à esquerda, lembrando aos militares que eles são sócios originários de seu governo. Desde que Bolsonaro assumiu a presidência, o Exército passou a [dominar a cúpula da Defesa, gerando desequilíbrio inédito entre Forças](#), de acordo com notícia do Estado de S. Paulo.

Outros segmentos sociais também obtiveram suporte. De acordo com O Globo, [em meio à investigação contra a igreja em Angola, Bolsonaro se movimentou para ajudar a Universal](#). O presidente também assinou pacote com benefícios para caminhoneiros em [momento de fragilidade política](#), segundo a Folha.

Restrições ao financiamento

São restrições à capacidade da sociedade civil e instituições de pesquisas técnico-científicas, públicas ou privadas, de acessar financiamento público e privado, nacional ou internacional, por meio de leis, medidas administrativas e atividades extralegis coordenadas pelo governo. Restrições também podem ser aplicadas através de ações e omissões do governo que visem dificultar, limitar ou inviabilizar o financiamento público.

Durante o período de análise, o maior impacto de cortes orçamentários relatado pela imprensa foi sentido por institutos de pesquisas e instituições de educação. Desde avanços científicos até a manutenção de atividades foram afetados pelas **restrições ao financiamento** público, materializadas pela ação ou omissão do Estado.

O [corte de verbas](#), conforme noticiado pelo Globo, [ameaça pesquisas da Covid-19, bolsas e retorno presencial em universidades federais](#). Os institutos de educação federais, escolas técnicas, Cefets e o Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, também foram [especialmente afetados pelos cortes e correm o risco de parar de funcionar](#).

Até mesmo [pesquisas relacionadas à Covid-19](#), que deveriam ser priorizadas no momento atual, como a elaboração de estudos e produção de vacinas, foram afetadas, de acordo com o [G1](#). Um risco noticiado pela Folha de S. Paulo é de que o Brasil [siga o caminho do autoritarismo ao censurar projetos “pelo bolso”](#). Segundo a reportagem, o desmonte de órgãos públicos permite, em tese, que as autoridades concedam ou neguem financiamento apenas de acordo com quesitos ideológicos.

Já em relação ao ensino, a redução de orçamentos para a educação é recorde, de acordo [O Globo](#), e é especialmente preocupante em um momento em que as medidas de distanciamento social representam grandes desafios às [famílias mais pobres](#). [Cortes no orçamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais \(Inpe\) também impactaram a sua capacidade de operação](#). O órgão é essencial para ampliar e consolidar competências em ciência, tecnologia e inovação nas áreas espacial e do ambiente terrestre.

Restrição à participação e ao engajamento cívico

São restrições a quaisquer formas de trabalho individual ou coletivo para resolver problemas da comunidade e abordar questões de interesse público (participação cívica), bem como quaisquer formas de expressar conhecimento, crenças, opiniões e atitudes sobre questões públicas (engajamento cívico), especialmente ao contribuir e interagir com a formulação de políticas, monitoramento e/ou processo de tomada de decisão.

As notícias sobre **restrição à participação e ao engajamento cívico** retrataram casos de exclusão de grupos representativos da sociedade civil de espaços institucionais relevantes para o debate e a realização do interesse público. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos [criou um grupo de trabalho](#) sobre crianças e jovens indígenas sem incluir representantes das comunidades indígenas. Segundo a [Folha de S. Paulo](#), lideranças temem nova tentativa de criminalização por parte da ministra Damare Alves, que já tentou associar indígenas a infanticídios.

Na pauta de armas, os decretos de flexibilização do governo federal chamaram atenção pela sua velocidade de tramitação no Executivo. A [Folha de S. Paulo](#) noticiou que colecionadores, atiradores desportivos e caçadores (CACs) foram os únicos a serem ouvidos antes da elaboração dos

textos, excluindo o restante da população interessada no tema, o que pode trazer riscos à sociedade. Na pasta da Cultura, o [governo Bolsonaro não lançou edital para novo mandato da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura](#), formada por representantes da sociedade civil e responsável por avaliar projetos que buscam obter incentivos fiscais previstos na Lei Rouanet.

Violação de privacidade

A violação da privacidade refere-se à violação do direito humano fundamental à privacidade, que sublinha que “ninguém será sujeito a interferências arbitrárias na sua privacidade, família, casa ou correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948). Inclui a Vigilância do Estado, que é a coleta de informações, incluindo o monitoramento, rastreamento e identificação, para o controle de grupos específicos, supervisionada por funcionários e administradores, articulada a algum propósito específico. Geralmente na esfera cinzenta/extralegal de assuntos públicos.

A **violação de privacidade** no trimestre analisado ocorreu, principalmente, a partir da obtenção de dados pessoais e o monitoramento de opositores. Como reportou a [Folha de S. Paulo](#), na Secom, radicais de direita elaboraram dossiês fundamentados na orientação política de servidores. De acordo com o [Estado de S. Paulo](#), empresários fizeram uso da “motociata” em favor de Jair Bolsonaro para coletar dados de apoiadores e

usar informações para viabilizar novos atos. O cadastramento dos interessados no evento foi vendido como obrigatório pelos empresários, que diziam que se tratava de orientação do GSI.

Coerção

Coerção é o ato de induzir, pressionar ou compelir alguém a fazer algo pela força, intimidação ou ameaça, limitando suas escolhas.

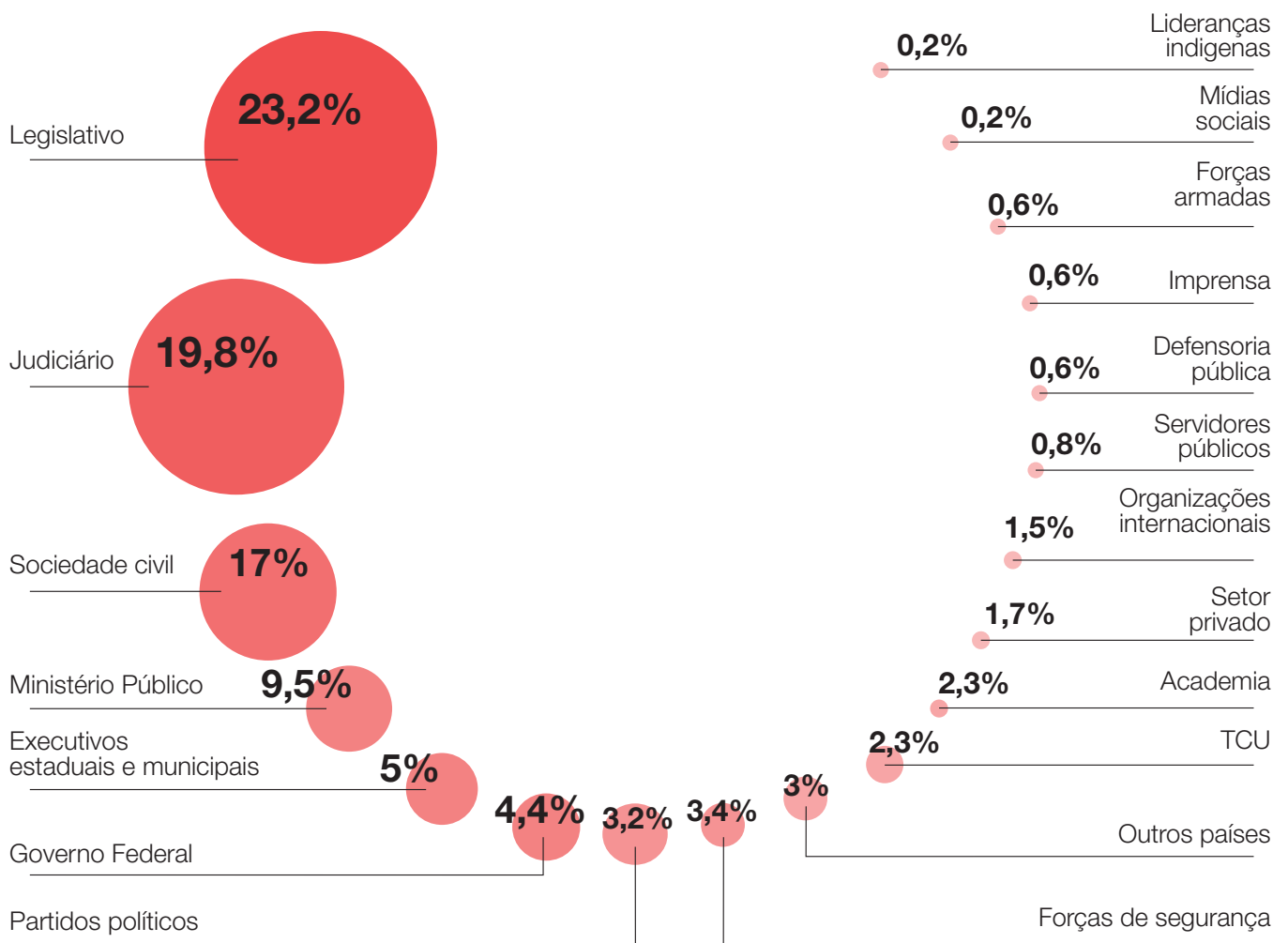
Os casos de **coerção** veiculados pela mídia variaram entre pressões em redes sociais e por vias informais até possíveis retaliações com ares institucionais. No primeiro cenário, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos retirou do ar uma nota de solidariedade às vítimas da operação no Jacarezinho após sofrer ataques de apoiadores radicais de Bolsonaro, segundo a [Folha de S. Paulo](#). Também de acordo com a Folha, o Exército livrou o general Pazuello de punição por participação em ato político do presidente da República, “[aceitando a pressão e a interferência de Jair Bolsonaro](#)”. Outra forma coercitiva identificada pelo [UOL](#) e catalogada no monitoramento foi o corte de recursos do Planalto em retaliação a senadores do Amazonas atuantes na CPI da Covid.

As reações

O pleno funcionamento dos três poderes do Estado — o Judiciário, o Legislativo e o Executivo — é fundamental para o sistema de freios e contrapesos de uma democracia. Destacamos, por isso, as ações implementadas por um ou mais poderes focadas em impedir o fechamento do espaço cívico. Ações tomadas por atores democráticos em prol da defesa do espaço cívico, mesmo que não representem o posicionamento da instituição como um todo ou um dos três poderes, como a atuação de parlamentares, bancadas, partidos políticos e Tribunal de Contas, também são analisadas. Ao mesmo tempo, há uma série de ações empreendidas pela sociedade civil, grupos privados, universidades, entre outros que também representam uma resistência aos ataques, e, portanto, merecem destaque.

No trimestre analisado, foram detectadas **475 reações**. Dessas, **327 foram respostas institucionais**, ou seja, vieram do próprio aparato estatal, e outras **148 foram empreendidas pela sociedade civil, academia, partidos políticos, imprensa, entre outros atores**.

Figura 2. Autores das reações



Fonte: Elaboração própria, a partir de coleta sistemática de informações veiculadas na imprensa.

Respostas institucionais

O Legislativo (23,2%), o Judiciário (19,8%), e o Ministério Público (9,5%) figuram entre os principais entes do Estado que responderam aos ataques ao espaço cívico brasileiro. A maioria das respostas do Legislativo vieram de membros da Câmara dos Deputados (58,2%). Nesse âmbito, merece destaque a recente protocolização do “[super pedido de impeachment](#)”, que reúne os autores dos mais de 100 pedidos já protocolados desde o início do mandato do presidente, e aponta 23 crimes que teriam sido cometidos pelo mandatário. Outra ação que merece destaque foi a [derrubada de vetos ao pacote anticrime](#), ao elevar a pena para crimes com armas de uso restrito. Parlamentares também [se mobilizaram para barrar militares da ativa em cargos políticos](#), e a Câmara [aprovou medida provisória que cria barreiras sanitárias para proteger áreas indígenas](#) contra a Covid-19. Ainda nesse âmbito, [bancadas](#) e [parlamentares](#) atuaram para impedir a licitação para compra de “aparelho espião” pelo Ministério da Justiça. E, finalmente, presidentes de 11 partidos fecharam posição contra o voto impresso, de acordo com o [Estado de S. Paulo](#), e o [Senado desmentiu notícia falsa](#) de que acatou projeto sobre voto impresso.

Apesar do destaque quantitativo da Câmara, a atuação do Senado (30%) na liderança da [CPI da Pandemia](#) foi a resposta institucional com maior impacto e cobertura midiática. Com depoimentos de [autoridades](#), membros do governo e especialistas, além da análise de documentos, públicos ou sigilosos, denúncias relevantes foram objeto de debate. São exemplos os atrasos [em articulações e negociações internacionais](#) para aquisição de vacinas, como a [Pfizer](#), e a continuada promoção de [tratamentos sem eficácia científica comprovada](#), como o uso da [cloroquina](#) e a insistência pela [imunidade de rebanho](#), colocando em xeque a [atuação do governo federal](#) no enfrentamento à pandemia.

O avanço dos trabalhos da comissão, com [14 testemunhas transformadas em investigados](#), foi noticiado pelo Globo. E, em resposta à ação do governo federal perante o STF para barrar políticas estaduais de *lockdown* e distanciamento, o relator da comissão prometeu [encaminhar informações da CPI para o STF](#), conforme noticiou a Folha de S. Paulo. Recentemente a [compra irregular do imunizante da Covaxin](#) levantou novas suspeitas de corrupção, gerando uma cadeia de reações por parte de diversos órgãos federais, a exemplo da decisão da [ministra Rosa Weber autorizando a instauração de inquérito para investigar Bolsonaro por suposta prevaricação](#).

Apesar de comandada pelo Legislativo, decisões do Judiciário foram essenciais para o pleno funcionamento da CPI, conforme noticiado pela [Folha de S. Paulo](#). De fato, no caso do Judiciário, o STF foi responsável por 58,5% das respostas institucionais. Coube também ao STF manter o [relator](#) eleito para CPI e decidir sobre o [direito ao silêncio](#) de convocados, a [legalidade de decisões de quebra de sigilo de autoridade](#) e resolver a controvérsia sobre a [convocação de governadores e prefeitos](#). Foi a partir de [decisão monocrática](#) do ministro Luís Roberto Barroso, que o Senado foi obrigado a instalar a CPI, como noticiou a Folha. A decisão [de não afastar o relator da CPI da Covid foi do ministro Ricardo Lewandowski](#). A Corte também teve a responsabilidade de dirimir diversos conflitos, e [negou recursos e liberou quebra de sigilos de Pazuello, Ernesto Araújo e ‘Capitã Cloroquina’](#).

O Supremo também impediu a entrada em vigor de decretos que [flexibilizaram posse e porte de armas](#). Além disso, a Corte atuou na defesa de direitos de grupos vulneráveis, como a [determinação que a PF adotasse medidas imediatas](#) para proteger terras indígenas Munduruku. Estabeleceu o prazo para o governo Bolsonaro [ampliar a vacinação contra Covid-19 em quilombolas](#) e [instituiu no âmbito do CNJ um grupo de trabalho sobre população LGBTQIA +](#). O [STF também decidiu que o governo tem obrigação de realizar o Censo](#)

[Demográfico em 2022](#). Em resposta à chacina do Jacarezinho, o ministro [Fachin determinou que o governo do Rio e Ministério Público estadual esclarecessem o motivo do sigilo sobre dados de operações policiais em favelas](#).

Ainda no âmbito do Judiciário, com os avanços da discussão sobre o voto impresso, o [TSE lançou campanha em defesa da urna eletrônica](#). O Ministério Público atuou estrategicamente em questões centrais, como no pedido da PGR para que o [STF rejeitasse ações de Bolsonaro](#) contra restrições nos estados devido à Covid. No Ceará, o [MP estadual denunciou 35 PMs por motim](#), e o [Ministério Público Eleitoral acatou parcialmente representação acusando o presidente de fazer propaganda eleitoral antecipada](#) em evento no Maranhão, de acordo com o UOL. Enquanto fiscal da lei, o Ministério Público também teve papel central na apuração do orçamento secreto. A [PGR cobrou ao governo informações sobre ele](#), e o MP [junto ao TCU](#) pediu investigação sobre empresas contratadas a partir deste orçamento. O TCU também está investigando a gestão Bolsonaro por bloqueio na ciência e tecnologia, foi acionado pela [oposição para auditar a compra da Covaxin](#) e a [presidente da Corte de Contas pediu à PF inquérito contra auditor que fez 'relatório paralelo' sobre pandemia](#).

Resistência

A atuação da sociedade civil é central na defesa do Espaço Cívico, seja denunciando violações, resistindo a ameaças e mobilizando soluções para desafios sociais. Reconhecer esses esforços é fundamental, e, de abril a junho, foram monitoradas 136 ações de resistência por parte de diversos grupos da sociedade civil (17%), além da academia (2,3%) e organizações internacionais (1,5%).

Uma das principais estratégias utilizadas pela sociedade civil foi a incidência junto ao Judiciário, a exemplo da [ação popular contra compra de aparelho espião](#), noticiada pelo UOL e a [representação de organizações de direitos humanos](#) perante o TCU. Os esforços da Coalizão Negra por Direito visando [impedir a exclusão de obras pela Fundação Cultural Palmares](#) foram noticiados. Merece destaque também a atuação como *amicus curiae* junto ao [Supremo Tribunal Federal](#) de diferentes organizações, subsidiando processos decisórios com informações técnicas e dimensões do impacto social de ações tomadas pelo governo federal.

As ações coordenadas no âmbito internacional incluíram esforços de proteção ambiental e pela recuperação inclusiva da pandemia do Covid-19, conforme [recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico \(OCDE\) ao Brasil](#). Já no âmbito das Nações Unidas, [países barraram a entrada na ONU de evangélicos próximos a Damares](#) ao cobrar esclarecimentos sobre a relação entre a entidade evangélica e o governo. Conforme noticiado pelo UOL, a organização internacional Human Rights Watch também [denunciou internacionalmente as falhas do governo brasileiro](#) no enfrentamento à pandemia, e a Folha noticiou pressão internacional devido à política [de descontrole de armas](#).

A mobilização social em [protestos ao redor de todo o país contra a atuação do governo federal na pandemia](#) também recebeu destaque da mídia, assim como a reprovação nas redes digitais sobre o posicionamento de suspender o uso de máscaras. Indígenas também [ocuparam a cúpula do Congresso Nacional](#) na tentativa de barrar o PL 490, que ameaça seus direitos e o meio ambiente, tendo sofrido repressão truculenta da Polícia Militar, conforme noticiado pela [Folha de S. Paulo](#). Ao todo, 164 organizações [assinaram carta direcionada a Lira](#) contra o projeto, e intelectuais se posicionaram contra [o retrocesso ambiental](#). Os atos se intensificaram com os [avanços da CPI, denúncias de corrupção e super pedido de impeachment](#), foram reportados pelo Estado de S. Paulo.

Universidades, pesquisadores e acadêmicos também se mobilizaram em prol do interesse público. De acordo com o G1, pesquisadores [pediram à CPI a responsabilização do governo](#). Já ex-alunos de direito da Universidade Federal de Pernambuco se [posicionaram a favor do impeachment](#) do Presidente. A [Fundação Getúlio Vargas](#) também pleiteou junto TSE que o horário eleitoral deve ser proporcional para candidatos negros, e a [Academia Brasileira de Ciências e a Academia Nacional de Medicina publicaram nota contra a desobrigação do uso de máscara](#). A [Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 representaram contra Bolsonaro](#) junto à PGR pedindo a responsabilização do presidente pela gestão da pandemia.

O setor privado também ganhou destaque com a suspensão de [patrocínio à Copa América](#) em meio a pandemia, e a [perda de anunciantes de apresentador que chamou a comunidade LGBTQIA+ de “raça desgraçada”](#).

Mudanças de posicionamento

As mudanças de posicionamento governamentais foram monitoradas para dimensionar o impacto gerado pelas pressões sociais, reações cívicas e respostas institucionais. Por vezes, antes mesmo de determinadas ações serem barradas no Judiciário ou superadas no Legislativo, o Executivo volta atrás em suas decisões. Normalmente, isso ocorre quando certos temas ganham alta repercussão negativa na mídia e na sociedade civil, ou até mesmo para evitar que suas ações sejam derrubadas por outros poderes.

Grande parte dessas mudanças de posicionamento se deu no âmbito da [gestão da pandemia](#), atualmente investigada pela CPI da Covid. Com a chegada do novo ministro da Saúde, militares e [“pazuellistas polêmicos”](#) foram cortados da equipe, segundo a Folha de S. Paulo. O ministro Marcelo Queiroga inclusive [afirmou que medicamentos como cloroquina não têm eficácia comprovada contra a Covid](#). O aumento de mortes pelo vírus fez com que o Ministério das Comunicações alterasse a campanha publicitária sobre recuperação da economia por defesa da vacina, como noticiou [O Globo](#). O próprio discurso presidencial foi suavizado e Bolsonaro chegou a afirmar que: [“se acharem que devo vacinar, vacino, não tem problema”](#).

Outras mudanças de posicionamento do Planalto se relacionaram às polêmicas das vacinas, que geraram forte comoção pública. Após rejeitar ofertas de vacinas da Pfizer, o [G1 apontou que Bolsonaro pediu à empresa para antecipar as entregas](#). O governo federal também reagiu às suspeitas de corrupção envolvendo a vacina indiana Covaxin e, como divulgou o Estado de S. Paulo, [decidiu suspender o contrato para aquisição das doses](#).

Outras mudanças nas pastas governamentais foram levadas a cabo após a troca de comando, como ocorreu no Ministério das Relações Exteriores. O novo chanceler [Carlos França](#) passou a se posicionar a favor do meio ambiente no cenário diplomático e realizou discurso de posse em [defesa da “diplomacia da saúde” e desenvolvimento sustentável](#).

Por sua vez, a pressão econômica, empresarial, política e mundial em defesa da Amazônia ecoou na gestão governamental interna. Antes de sua saída do Ministério do Meio Ambiente, Ricardo Salles se movimentou para tentar mostrar que tinha um plano para combater o desmatamento na Amazônia, segundo o [Estado de S. Paulo](#). Já Bolsonaro [prometeu em carta a Biden que acabaria com o desmatamento ilegal até 2030 e afirmou na Cúpula do Clima que iria duplicar recursos para fiscalização ambiental](#).

Finalmente, as casas legislativas também tiveram o seu papel nas mudanças de posicionamento do governo. O temor de reprovação na sabatina do Senado, de acordo com [O Globo](#), fez com que Bolsonaro retirasse o nome de cinco indicados para vagas em diretorias de agências reguladoras.

Anexo 1 - Tipologia de estratégias legais, ilegais e extralegais e táticas utilizadas para fechar o espaço cívico (atualizada)

<i>Estratégias</i>	<i>Descrição</i>	<i>Exemplos de táticas / ações</i>
I. Cooptação	Cooptação é o processo de incorporação de pessoas a um grupo de elite, oferecendo-lhes privilégios em troca de apoio, em geral para gerenciar a oposição e atender demandas e interesses de grupos aliados ou potenciais apoiadores, assim, manter a estabilidade desse grupo no poder. (Selznick, 1948; Piven and Cloward, 1977).	Oferta de relacionamento privilegiado, incluindo acesso a contratos públicos e financiamento, caso seja concedido apoio irrestrito. Incentivo, fomento e ações públicas destinadas especificamente ao apoio, financiamento e fortalecimento de grupos aliados, como concessão de privilégios excessivos para manutenção da lealdade e do apoio irrestrito de base aliada.
II. Coerção	Coerção é o ato de induzir, pressionar ou compelir alguém a fazer algo pela força, intimidação ou ameaça, limitando suas escolhas. (Schelling, 1966).	Ameaça velada ou aberta de demitir ou destituir funcionários públicos e nomeados políticos se eles não aderirem às falsas narrativas ou irregularidades do governo. Ameaça velada ou aberta de suspender parcerias em andamento e/ ou financiamento público à luz de críticas públicas.
III. Fake News e campanhas de desinformação	Fake news são notícias falsas veiculadas no noticiário, redes sociais e divulgadas na internet, que tentam se passar por notícias reais. Existem seis tipos: sátira, paródia, fabricação, manipulação, publicidade e propaganda (Tandoc, Lim, Ling, 2007). Desinformação é informação falsa disseminada deliberadamente para causar prejuízo público por lucro ou benefício privado, indo além das notícias falsas (EC, 2018).	Produção em massa e disseminação de conteúdo falso para ganhar influência política. Contratação de blogueiros, uso de perfis falsos, bots e outras ferramentas digitais para criar e disseminar histórias falsas usando dinheiro público ou recursos de grupos de apoio. Disseminação de campanhas de desinformação para distrair ou enganar. Ataques contra fatos e a ciência.
IV. Censura (velada ou explícita)	Censura refere-se à “política de restringir / suprimir a expressão pública de ideias, opiniões, concepções e impulsos que têm ou se acredita terem a capacidade de minar a autoridade governante ou a ordem social e moral que essa autoridade se considera obrigada a proteger.” (Laswell, 1930)	Intenção de provocar autocensura de indivíduos visados on-line ou off-line. Criação de obstáculos ao acesso à informação pública. Classificação ou restrição de publicações e documentos. Intenção direta de desqualificar resultados de pesquisa. Retirada de fundos de projetos culturais não alinhados com as visões do governo. Conteúdo filtrado ou internet controlada. Censura amplamente aplicada por lei à mídia, pesquisa, manifestações culturais e debate.

Estratégias	Descrição	Exemplos de táticas / ações
V. Intimidação e assédio	<p>Intimidação se refere a ações diretas ou indiretas contra terceiros para impedi-los de continuar seu trabalho ou para induzir o medo de um ataque (CIVICUS, 2019).</p> <p>Assédio são ações ou comportamentos verbais ou físicos que rebaixam, humilham ou constrangem um cidadão ao expressar opiniões críticas (CIVICUS, 2018).</p>	Uso de forças de segurança do estado e aparato de inteligência para intimidar oponentes.
		Perseguição e intimidação de ativistas, artistas, líderes cívicos, jornalistas e cientistas.
		Chantagem.
		Assédio ou ataque contra instituições por autoridades.
		Assédio ou ataque contra ativistas, artistas, líderes cívicos, jornalistas e cientistas por autoridades.
		Ataque misógino contra mulheres com perfil público.
		Campanhas de desumanização / difamação / deslegitimação contra indivíduos, grupos ou instituições (ação oficial direta ou indireta).
		Ataques organizados on-line e campanhas contra indivíduos, grupos ou instituições (bots e mobilização de milícias digitais).
		Ameaças de cancelar concessões públicas de canais de mídia independente.
Pressões e ameaças a empresas privadas para interromper a publicidade em canais de mídia não alinhados.		
VI. Violação de privacidade (vigilância do Estado)	<p>A violação da privacidade refere-se à violação do direito humano fundamental à privacidade, que sublinha que “ninguém será sujeito a interferências arbitrárias na sua privacidade, família, casa ou correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação.” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).</p> <p>Vigilância do Estado é a coleta de informações, incluindo o monitoramento, rastreamento e identificação, para o controle de grupos específicos, supervisionada por funcionários e administradores, articulada a algum propósito específico (Giddens, 1984; Lyon, 1994). Geralmente na esfera cinzenta/extralegal de assuntos públicos (Starr et al).</p>	Escutas ilegais.
		Monitoramento de mídia digital de perfis selecionados para dossiês, assédio e intimidação.
		Encerramento de contas, sites, servidores.
		Hackear perfis para intimidar ou assediar, ou usar perfis privados em campanhas de milícias digitais.
		Uso indevido de dados privados dos cidadãos em campanhas micro direcionadas de desinformação e outras ações digitais sem consentimento.
Monitoramento ilegal da oposição, incluindo organizadores de protestos.		

continuação

Estratégias	Descrição	Exemplos de táticas / ações
VII. Violação de direitos civis e políticos	<p>Violações dos direitos políticos incluem a negação do direito a um julgamento justo e ao devido processo; e direitos de participação na sociedade civil e na política, como liberdade de associação, direito de reunião e direito de voto (Dahl, 2005). Violações dos direitos civis incluem discriminação em razão de raça, gênero, orientação sexual, nacionalidade, cor, idade, filiação política, etnia, religião e origem social; e restrições à liberdade dos indivíduos. (ICCPR, 1976).</p>	Restrições ou proibições de protestos ou manifestações públicas.
		Restrições para a incorporação, registro, operação e ciclo de vida de organizações da sociedade civil.
		Fechamento de organizações da sociedade civil que resistam a se conformar com regras autoritárias ou draconianas.
		Cancelamento de registros ou licenças para organizações da sociedade civil que cumprem a lei.
		Invasão / destruição de escritórios de organizações da sociedade civil.
		Apreensão de propriedade.
		Expulsão e proibição de operar em determinado país.
		Proibições de viagens.
		Investigações legais ilegítimas.
		Fomentar a discriminação e as violações dos direitos de minorias e grupos vulneráveis.
Fomentar a intolerância religiosa.		
VIII. Restrições ao envolvimento e participação cívica	<p>Restrições a quaisquer formas de trabalho individual ou coletivo para resolver problemas da comunidade e abordar questões de interesse público (participação cívica), bem como quaisquer formas de expressar conhecimento, crenças, opiniões e atitudes sobre questões públicas (engajamento cívico) (Barrett e Brunton-Smith, 2014), especialmente ao contribuir e interagir com a formulação de políticas, monitoramento e/ou processo de tomada de decisão.</p>	Exclusão da linguagem sobre a participação da sociedade civil em resoluções nacionais e internacionais.
		Endurecimento das regras para permitir o acesso da sociedade civil ao Congresso Nacional.
		Desautorização de instituições estatais para trabalhar com ONGs.
		Penalização de funcionários públicos que desobedecem às instruções de cortar o acesso à sociedade civil.
		Encerramento de conselhos e mecanismos participativos.

Estratégias	Descrição	Exemplos de táticas / ações
IX. Restrições de financiamento	Restrições à capacidade da sociedade civil e instituições de pesquisas técnico-científicas, públicas ou privadas, de acessar financiamento público e privado, nacional ou internacional, por meio de leis, medidas administrativas e atividades extralegais coordenadas pelo governo (Wolff e Poppe, 2015). Restrições também podem ser aplicadas através de ações e omissões do Governo que visem dificultar, limitar ou inviabilizar o financiamento público.	Instituições governamentais param de conceder autorização para que as OSCs participem de projetos e recebam fundos de doadores de cooperação internacional ou de recursos públicos destinados ao fomento, incentivo e apoio financeiro a atividades da sociedade civil.
		Aplicação excessivamente ampla de medidas de combate à lavagem de dinheiro e contraterrorismo.
		Uso de leis sobre difamação, traição e outras para trazer acusações criminais contra beneficiários de financiamento internacional.
		Restrições para financiamento nacional e internacional e/ou proibição de doadores específicos.
		Exigência de aprovação prévia do governo e/ou fundos internacionais encaminhados por meio de entidades controladas pelo governo.
		Limitar o montante de financiamento internacional por OSC.
		Restrição de atividades realizadas com financiamento internacional e público nacional, incluindo restrições baseadas em conteúdo (por exemplo, proibição de trabalho de direitos humanos ou “atividade política”).
		Tributação de fundos internacionais.
		Categorizar OSCs que recebem financiamento internacional como “agentes estrangeiros”, adotando distinção de tratamento destas organizações ou impondo ônus ao seu trabalho
		Requisitos processuais onerosos.
		Congelamento ou apreensão de fundos e a não liberação de recursos públicos devidamente destinados a financiar atividades da sociedade civil.
		Proibição de receber financiamento internacional e de repasses de verbas públicas.
		Sucateamento de universidades públicas através de cortes excessivos no orçamento.
Corte de benefícios fiscais para pesquisa científica e desenvolvimento acadêmico.		

Estratégias	Descrição	Exemplos de táticas / ações
<p>X. Violência física</p>	<p>Violência Física é a infligção intencional e direta de dano às pessoas, desde sofrimento físico ou dano corporal a morte violenta (Kalyvas, 2006). No contexto desta pesquisa, atos de violência física podem ser perpetrados por agentes estatais ou não estatais, incluindo paramilitares, milícias, gangues, representantes da segurança privada e outros indivíduos encorajados pela retórica de ódio de figuras políticas para se livrar da oposição.</p>	Respostas violentas do Estado a protestos.
		Recusa em proteger aqueles que estão sob ameaça.
		Ataques violentos contra minorias e grupos vulneráveis.
		Ameaças de violência física por parte de atores estatais e não estatais.
		Prisão ilegal de líderes cívicos.
		Tortura / maus-tratos.
		Desaparecimento forçado.
		Tributação de fundos internacionais.
		Assassinato / execuções extrajudiciais de defensores dos direitos humanos, líderes cívicos e jornalistas.
<p>XI. Jogo duro constitucional (Constitutional Hardball)*</p>	<p>O jogo duro constitucional consiste na exploração, por atores políticos, de procedimentos, leis e instituições para obter ganhos partidários violando normas preestabelecidas e forçando os limites da legalidade, o que pode minar o entendimento compartilhado das normas democráticas e a expectativa de que o outro lado as cumpra. (Tushnet 2004, Levitsky e Ziblat 2018). O uso indevido de prerrogativas institucionais em prol de interesses de grupos políticos e/ou interesses privados ou não republicanos.</p>	Uso excessivo de medidas executivas e infralegais para governar, ignorando o Congresso, princípios e garantias constitucionais.
		Emissão de normas e decretos que contradizem a Constituição.
		Não conformidade com as normas não escritas que servem para respeitar a separação dos poderes do Estado.
		Decisões executivas que reduzem o orçamento, estrutura e alteram o funcionamento de órgãos públicos da administração criados para auditar, fiscalizar e supervisionar o Executivo.
		Redução do poder de influência de partidos da oposição nas Casas Legislativas, restringindo o amplo debate durante as votações.
<p>XII. Abuso de poder*</p>	<p>Abuso de poder ocorre quando os atores políticos se aproveitam de sua posição para ganho pessoal, impedindo a responsabilidade gerencial básica e/ou atuando contrariamente ao interesse público e à finalidade pública (Sankowsky, 1995).</p>	Interferência política em portarias das Forças Armadas que violam leis e/ou a Constituição.
		Interferência política na administração pública com nomeações e demissões de servidores públicos para favorecer interesses privados.
		Interferência política em nomeações de universidades públicas, centros de pesquisa e conselhos participativos para impor censura.
		Interferência política nos procedimentos e nomeações de cargos de liderança da aplicação da lei e de outras agências públicas independentes, visando proteger interesses privados.
		Nomeação de pessoas com o fim de aparelhar órgãos ou para satisfazer interesses privados em claro desvio de finalidade, que desatende o interesse público.

Estratégias	Descrição	Exemplos de táticas / ações
<p>XIII. Violação de direitos sociais, econômicos, culturais e proteção do meio ambiente.</p>	<p>Os direitos econômicos, sociais e culturais (PIDESC,1966) são direitos humanos que garantem aos indivíduos e comunidades seu pleno desenvolvimento e dignidade, sendo fundamentais para o engajamento no espaço cívico. Violações destes direitos incluem a falha em respeitar, proteger e garantir (Eide,2001) uma alimentação e moradia adequada, educação, trabalho, saúde, segurança social, participação na vida cultural, água e saneamento. Quanto à defesa do meio ambiente, e a sua essencialidade para os direitos humanos (OC-23/17,CIDH), cabe ao Estado os deveres de prevenir, precaver, mitigar e cooperar em prol da conservação do meio ambiente.</p>	<p>Não elaborar ou não adotar planos para responder a emergências ou desastres ambientais, que inclua medidas de segurança e procedimentos para minimizar suas consequências.</p>
		<p>Impedir, dificultar ou inviabilizar acesso à informação relacionada com possíveis interferências no meio ambiente.</p>
		<p>Promover a destruição do meio ambiente.</p>
		<p>Não consultar ou negociar com as populações e comunidades potencialmente afetadas por danos e impactos ambientais.</p>
		<p>Adotar medidas que discriminem, de maneira direta ou indireta, segmentos populacionais.</p>
<p>* Mesmo que a maioria das táticas usadas nas categorias “jogo duro constitucional” e “abuso de poder” não sejam infringidas diretamente contra os agentes do espaço cívico, essas táticas diminuem a transparência, podem minar a separação de poderes e os freios e contrapesos que poderiam impedir que as táticas descritas nas outras categorias fossem implementadas.</p>		
<p>Fontes para as táticas: entrevistas em off com líderes cívicos; Buyse 2018; Civicus 2017, 2018, 2019; ICNL; Levitsky and Ziblat 2018; OHCHR; Rutzen, 2015; WEF 2017; World Movement for Democracy.</p>		

Saiba mais

Para maiores informações sobre a tipologia utilizada e referências acadêmicas, leia o artigo estratégico “A Ágora sob ataque: Uma tipologia para a análise do fechamento do espaço cívico no Brasil e no mundo”. A tipologia foi atualizada e pode ser consultada na nota técnica “Uma tipologia para entender as estratégias e táticas utilizadas para atacar o espaço cívico”. Os materiais estão disponíveis em: <https://igarape.org.br/espaco-civico/>



INSTITUTO IGARAPÉ a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, dedicado à integração das agendas de segurança, clima e desenvolvimento. Nosso objetivo é propor soluções e parcerias a desafios globais por meio de pesquisas, novas tecnologias, influência em políticas públicas e comunicação. Somos uma instituição sem fins lucrativos, independente e apartidária, com sede no Rio de Janeiro, mas cuja atuação transcende fronteiras locais, nacionais e regionais. Premiada como a melhor ONG de Direitos Humanos no ano de 2018, o melhor think tank em política social pela Prospect Magazine em 2019 e considerada pelo Instituto Doar, pelo segundo ano consecutivo, como uma das 100 melhores organizações brasileiras do terceiro setor.

Instituto Igarapé

Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114
contato@igarape.org.br

facebook.com/institutoigarape

twitter.com/igarape_org

instagram.com/igarape_org/

www.igarape.org.br